

## **DIREITO AGRÁRIO – DC059**

Código:

Carga Horária: 30

Créditos: 02

Ementa: A reforma agrária no contexto jurídico Constitucional brasileiro. Definição. Conceitos e história. Função social da propriedade. Direito Agrário brasileiro. Estatuto da Terra. Módulo rural. Propriedade rural. Das ações agrárias no código de Processo Civil. Rito. Requisitos e procedimentos. Contrários agrários e seus aspectos gerais. Formas de contratos. Arrendamento rural. Desenvolvimento rural. Proteção à economia. Política de tributação fundiária. Fatores determinantes. Dinâmica operacional e órgãos normativos e executores. Prática processual. Forma processual nos diversos procedimentos rurais. Conclusões. Análise da situação conjuntural no Brasil.

### **1. A REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL BRASILEIRO**

1.1. Direito Agrário – conceito, definição, fontes autonomia e sua classificação dentro da ciência do Direito, revisão do sistema jurídico e legal brasileiro quanto ao domínio e à posse da terra.

1.2. Histórico político, jurídico e institucional do Sistema Nacional da Colonização e ocupação do território; histórico político da formação fundiária; histórico legislativo regulador da colonização; órgãos executores.

1.3. Histórico da reforma agrária. O tratado de Tordesilhas como fator latifundizante. A sesmaria como forma de ocupação. A Lei n.º 601/1850 e a reforma agrária.

1.4. A função social da propriedade. Constituição de 1946 e 1988.

### **2. DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO**

2.1. Conceito. Definição e conceitos de Direito Agrário. Fontes do Direito Agrário. Das nulidades e irrenunciabilidades.

2.2. O Estatuto da Terra e suas inovações no campo do direito social.

Conceitos básicos de reforma agrária e política agrícola, reforma integral e

comparação com a legislação estrangeira que rege a matéria; opções socialistas e democráticas.

2.3. Módulo rural – definições, razões de sua existência, características, critérios para sua fixação. Lei 4.504/64, 5.868/72; e Decreto Lei nº55.891/65.

2.4. Latifúndio e Minifúndio – conceitos, razões de sua instituição, características, formas e critérios de classificação.

2.5. Divisibilidade de prédio rústico; desmembramento rural e colonização rural; colonização privada – razões da indivisibilidade do imóvel interativos e causa-mortis; frações ideais e financiamento; anexação de prédio rústico confrontante. Lei 4.504/64, Decreto n.º 55.892/65, D n.º 62.504/71, Lei n.º 5.868/72; da propriedade familiar.

2.6. Propriedade rural – aquisição perda e suas formas; atributo da propriedade rural e sua função social; conceitos de posse no direito civil e no direito agrário.

2.7. Propriedade rural – desapropriação por interesse social – conceitos, justificativas, rito processual e formas de pagamento. Títulos da dívida agrária. Legislação da posse e regularização fundiária. Usucapião extraordinária. Comparação com normas do direito anterior. Imprescritibilidade dos bens públicos. Aquisição por estrangeiros – conceitos, formas, características, condições e exceções gerais e específicas.

### 3. DAS AÇÕES AGRÁRIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

3.1. O rito sumário

3.2. Da ação.

3.3. Requisitos da petição inicial.

3.4. Fase conciliatórias e contestação.

3.5. Citação e domicílio.

3.6. Prazos para os recursos.

3.7. Parceria pecuária. Sua exclusão do rito sumário

### 4. CONTRATOS AGRÁRIOS E SEUS ASPECTOS GERAIS

4.1. Dos que tem capacidade de contratar.

4.2. Condomínio. Consentimento do condômino.

4.3. Lei Aquília. Obrigação delitual e contratual.

4.4. Responsabilidade civil.

4.5. Caráter da responsabilidade contratual.

4.6. Os contratos agrários e a Lei dos Registros Públicos.

4.7. Contratos agrários – conceitos, tipos e classificação dentro do direito agrário, forma e condições de realizações e extinção.

4.8. Arrendamento rural – conceitos estabelecidos no Código Civil e no direito agrário; formas, condições e prazos em geral, preferências em casos específicos, extinção, contratos com prazo determinado e indeterminado da prorrogação dos contratos, notificação, prazos, decadência do direito de retomada, da preferência na renovação do contrato, direito real de preferência.

4.9. Parceria agrícola, conceitos estabelecidos no Código Civil e no Estatuto da Terra, formas, condições e prazos em geral, preferências em casos específicos, extinção.

4.10. Penhor, conceitos; penhora agrícola; penhor pecuniário.

## 5. DESENVOLVIMENTO RURAL

5.1. Desenvolvimento rural – proteção à economia, crédito rural e suas formas; agentes específicos integrantes do sistema nacional; contratos específicos e suas características. Proteção à economia, seguros agrários e sua forma; histórico, agentes específicos; companhia do seguro agrícola e o atual nacional de seguros. Cooperativismo e associativismo, órgãos normativos e executores, formas, constituição e extinção das cooperativas.

## 6. POLÍTICA DE TRIBUTAÇÃO FUNDIÁRIA

6.1. Política de tributação fundiária, razões e critérios da progressividade e da regressividade do tributo. Fatores e determinantes; coeficientes do lançamento do tributo. Arrecadação e destinação, instrumento de reforma agrária e desenvolvimento municipal.

6.2. Dinâmica operacional do sistema em nível nacional, estadual e zonal. Cadastramento rural, tributação, desapropriação e discriminação de terras públicas, discriminação administrativa e a ação discriminatória.

6.3. Órgãos normativos e executores da reforma agrária; sua estrutura física operacional e a conexão com as atividades governamentais. O campo do direito agrário para o profissional em geral na atividade específica; formas de atuação junto ao Poder Judiciário e como auxiliar dos problemas sociais brasileiros nesse campo. Ações possessórias e dominiais. Requerimento administrativo.

## 7. PRÁTICA PROCESSUAL

7.1. Ação de arrendamento.

7.2. Ação de indenização por perdas e danos, cumulada com rescisão de contrato de parceria agrícola.

7.3. Ação de despejo rural.

7.4. Ação de cobrança de meação.

7.5. Notificação judicial para exercício do direito de preferência.

7.6. Contratos de parceria agrícola e pecuária.

7.7. Arrendamento rural e de prédio rústico. Carta proposta de arrendamento.

7.8. Carta de notificação – modelos.

## BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, Otávio de Mello. Direito agrário. Rio de Janeiro: Instituto dos advogados do Brasil, 1974.

ARRUDA, Hélio Palma. Latifúndio, minifúndio, módulo rural, reforma agrária e colonização. Brasília: INCRA, 1976.

BARROS, Wanderbit Duarte de. Tensões sociais do meio rural. Síntese político-econômica. Rio de Janeiro: n.º 25,

BITTENCOURT, José de Paulo. A empresa na filosofia da reforma agrária. Tese ao I Congresso Interamericano de Direito Agrário, Porto Alegre: 1971.

BORIO, M. Guy & Melgno. Tratado de derecho rural. Montevideú. Jurídica Amalio M. Fernandez, 1971.

BREBBIA, Fernando P.. Contratos agrários. Buenos Aires: Astrea, 1971.

CASANOVA, Ramón Vicente. Derecho agrário. Venezuela. Univ. de Los Andes, 1967.

DEMÉTRIO, Nelson. Doutrina e prática do direito agrário. 2ª ed., São Paulo: Julex Livros, 1987.

FRAGOSO, Fernando. Os crimes contra o meio ambiente no Brasil. Revista Forense, v. 317.

GALEANO, Luís Armando. La expropiación forzosa en las agrarias integrales sudamericanas. Madrid: IEPAL, 1970.

GALDINO, Dirceu. Manual do direito do trabalhador rural. Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Curitiba, 1992.

GISCHKOW, Emílio alberto Maya. Princípios de direito agrário. São Paulo:

Saraiva, 1988.

FERREIRA, Pinto. Curso de direito agrário. 2. Ed., São Paulo: Saraiva, 1995.

LENINE. O problema agrário na social democracia da primeira revolução russa de 1905-07. Rio de Janeiro, 1979, v.3.

LIMA, Ruy Cirne. Origens e aspectos do regime das terras no Brasil. Porto Alegre, 1933.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Reforma agrária no Brasil. Revista de informação Legislativa, ano 25, 1988.

MALÉZIEUX, Raymond. Droit Rural. Paris. PUF, 1973.

OPITZ, Osvaldo & OPITZ Silva. Contratos agrários no estatuto da terra. 1977.

OLIVEIRA, Juarez de. Estatuto da terra. 4. Ed., São Paulo: Saraiva, 1987.

SANZ JARQUE, Juan José. Mas Allá de la reforma agraria. Madrid: Ediciones y publicaciones españolas, 1970.

SODERO, Fernando Pereira. O módulo rural e suas implicações jurídicas. São Paulo, 1975.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. Apud M. Laboudette. Proprieté & communautés dans le plan divin. In: proprieté et communautés, 12. Ed. Paris. Ed. Économie et Humanisme, 1947.

VASCONCELOS, Alfredo. Dos contratos agrícolas e pecuários. São Paulo: Saraiva, 1992.